

DECRETO Nº 1571-N, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Ementa: Dispõe sobre medidas administrativas no período de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, especialmente aquela contida no art. 45, inciso V da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves (ES),

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1415-N de 19 de março de 2020, que declara situação de emergência de saúde pública, no Município de Alfredo Chaves, decorrente de pandemia em razão do Novo COVID-19.

Considerando as disposições da Portaria Nº 166-R, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e Decreto Nº 4859 – R de 03 de Abril de 2021, oriundo do Estado do Espírito Santo.

Considerando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, de que os Municípios podem adotar medidas contra a pandemia.

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º - Ficam definidas neste Decreto medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), com caráter complementar a outras ações já constantes em Decretos, Portarias e em atos normativos editados previamente no âmbito do Município de Alfredo Chaves.

CAPÍTULO II

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS A SEREM ADOTADAS PELOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

Art. 2º - Para fins de parâmetro deste Decreto, conforme Decreto Nº 4859 – R de 03 de Abril de 2021, oriundo do Estado do Espírito Santo, consideram-se como serviços e atividades essenciais, estando autorizados ao funcionamento:

I - hospitais, clínicas e consultórios médicos, odontológicos e de fisioterapia, laboratórios e farmácias;

II - serviços públicos considerados essenciais, de acordo com manifestação do Chefe do Poder, do Secretário Municipal ou do Dirigente da autarquia ou fundação, no caso de órgãos e entidades municipais;

III - atividades industriais;

IV - assistência social e atendimento à população em situação de vulnerabilidade;

V - atividades de segurança pública e privada, incluindo a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

VI - produção e distribuição de produtos de saúde, higiene e gêneros alimentícios, incluindo atividade agropecuária;

VII - atacarejos (comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios e venda a varejo), supermercados, minimercados, hortifrúti, padarias e lojas de produtos alimentícios;

VIII - atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização;

IX - produção, processamento e disponibilização de insumos necessários aos serviços essenciais, incluindo lojas de insumos agrícolas;



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

X - comercialização de alimentos para animais e funcionamento de clínicas médicas veterinárias, vedado o funcionamento de lojas e a prestação de serviços de cuidados animais;

XI - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;

XII - transporte de passageiros por táxi, transporte de empregados por veículos de seus empregadores e transporte privado urbano por meio de aplicativo;

XIII - transporte de cargas;

XIV - telecomunicações e internet;

XV- serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste artigo;

XVI - serviços funerários;

XVII - serviços postais;

XVIII - atividades da construção civil;

XIX - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo, incluindo postos de combustíveis;

XX- produção, transporte e distribuição de gás natural;

XXI - serviços de distribuição de água, incluindo distribuidoras de água a granel ou envasada;

XXII - atividades de jornalismo;

XXIII - serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

XXIV - serviços de limpeza urbana e coleta de lixo;

XXV - atividades de igrejas e templos religiosos;

XXVI - atividade de pesca profissional;

XXVII - atividade de locação de veículos.

XXVIII - casa de peças, oficinas de reparação de veículos automotores e borracharias.

Art.3º - As atividades e serviços essenciais, conforme elencadas no artigo 2º deste decreto, não terão limitação de dia e horário para atendimento presencial,



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

desde que não permitam aglomeração dentro e fora dos aludidos estabelecimentos.

Parágrafo Único - As padarias não terão a limitação de dia e horário de funcionamento para atendimento, vedado o atendimento em mesa e balcão.

CAPÍTULO III

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS A SEREM ADOTADAS PELOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS NÃO ESSENCIAIS

Art.4º - Fica autorizado o retorno ao funcionamento das atividades comerciais não essenciais e dos respectivos estabelecimentos comerciais, tais como lojas em geral (lojas de uso do corpo de produtos de consumo pessoal e de produtos de consumo não pessoal), loja de cuidados animais e loja de material de construção, MEIs, dentre outros de modo geral, bem como os serviços não essenciais, com limitações de dia e horário constante neste artigo.

§1º- As atividades comerciais autorizadas no *caput* poderão funcionar de segunda feira as sexta feiras, com atendimento presencial, no horário de 08h00min horas as 16h00min e aos sábados no horário de 08h00min horas as 12h00min.

§2º- As barbearias/ salão de beleza, prestação de serviços de cuidados animais e demais serviços autorizados ao funcionamento no *caput*, poderão funcionar de segunda feira as sexta feiras, com atendimento presencial, no horário de 08h00min horas as 16h00min e aos sábados no horário de 08h00min horas as 12h00min.

§ 3º - Fica proibido o consumo presencial de bebidas alcoólicas em distribuidoras de bebidas e similares.



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 4º - O disposto neste artigo, no tocante a limitação de horário e dia, não se aplica:

I - à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares; e

II - os serviços de entrega de mercadorias em domicílio (delivery).

§5º - Ficam proibidos, fora do horário e dia autorizado no *caput*, os sistemas de retirada no estabelecimento conhecidos como drive thru, take away ou equivalente.

§6º - Os estabelecimentos abrangidos pelo *caput*, fora do dia e horário autorizados neste artigo, deverão manter fechados os acessos do público ao seu interior, proibida a abertura parcial de portas, portões e afins, bem como o atendimento ao público externo no interior, com ou sem horário marcado, e na porta do estabelecimento.

§7º - Os estabelecimentos deverão observar os protocolos e medidas de segurança/proteção/prevenção do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado de Saúde - SESA e da Secretaria Municipal de Saúde, sendo permitido o limite de 01 (um) cliente por 10 m², distanciamento social em filas, sendo inclusive obrigatório o uso de máscaras de proteção pelos funcionários e clientes.

§8º - Os estabelecimentos autorizados ao funcionamento no *caput* deverão reforçar as boas práticas e os procedimentos de higienização, bem como garantir as condutas adequadas de higiene pessoal e o controle de saúde dos trabalhadores e estabelecer medidas de atendimento seguro ao cliente, sendo obrigatório o uso de máscaras de proteção pelos funcionários e consumidores.

§9º - Aos estabelecimentos autorizados conforme disposto no *caput*, será permitido o funcionamento desde que não permitam aglomeração dentro e fora dos mesmos, bem como sejam garantidas as condições de precaução e



protocolo de higiene aos seus empregados, colaboradores, consumidores, nos termos do que indicado pelo Ministério da Saúde e pela OMS.

Art. 5º - Os restaurantes e lanchonetes, açaiterias, pizzarias, trailer e similares, poderão efetuar o atendimento presencial de segunda-feira a sábado, de 10h00min as 16h00min, vedado o consumo presencial de bebidas alcoólicas.

§ 1º - O disposto neste artigo, no tocante a limitação de horário e dia, não se aplica:

I - à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares; e

II - os serviços de entrega de mercadorias em domicílio (delivery).

§2º - Ficam proibidos, fora do horário e dia autorizado no *caput*, os sistemas de retirada no estabelecimento conhecidos como drive thru, take away ou equivalente.

§3º – Os estabelecimentos deverão observar os protocolos e medidas de segurança/proteção/prevenção do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado de Saúde - SESA e da Secretaria Municipal de Saúde, sendo permitido o limite de 01 (um) cliente por 10 m², distanciamento social em filas, sendo inclusive obrigatório o uso de máscaras de proteção pelos funcionários e clientes.

§4º - Os estabelecimentos autorizados ao funcionamento no *caput* deverão reforçar as boas práticas e os procedimentos de higienização, bem como garantir as condutas adequadas de higiene pessoal e o controle de saúde dos trabalhadores e estabelecer medidas de atendimento seguro ao cliente, sendo obrigatório o uso de máscaras de proteção pelos funcionários e consumidores.



§5º - Aos estabelecimentos autorizados conforme disposto no *caput*, será permitido o funcionamento desde que não permitam aglomeração dentro e fora dos mesmos, bem como sejam garantidas as condições de precaução e protocolo de higiene aos seus empregados, colaboradores, consumidores, nos termos do que indicado pelo Ministério da Saúde e pela OMS.

Art. 6º - Fica suspenso/proibido o funcionamento dos bares conforme Decreto 4859 do Estado de Espírito Santo e Portaria 166- R da Secretaria de Estado de Saúde, SESA, exceto o atendimento na modalidade delivery.

CAPÍTULO IV

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS A SEREM ADOTADAS POR ACADEMIAS DE ESPORTE

Art. 7º - As academias de Esportes funcionarão até 21 horas e deverão observar o espaçamento mínimo de 04m (quatro metros) entre aparelhos/usuários e os seguintes limites de lotação:

§ 1º - Para o funcionamento as academias o espaçamento mínimo de 4m (quatro metros) entre aparelhos/usuários e os seguintes limites de lotação:

I – máximo de 01 (um) aluno a cada 15 m² (quinze metros quadrados) por horário de agendamento.

II– Os estabelecimentos com área igual ou superior a 300m² (trezentos metros quadrados) no limite máximo de 20 (vinte) alunos por horário de agendamento.

§ 2º - É possibilitado o funcionamento apenas as atividades não aeróbicas, restritas a treinos de baixo impacto.

§ 3º - Os parâmetros aqui estabelecidos aplicam-se igualmente às atividades realizadas em áreas abertas.



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 4º - Para atender a proporção por metro quadrado e o distanciamento entre aparelhos, o estabelecimento poderá isolar a utilização de parte dos equipamentos disponíveis.

§ 5º - No caso de existência de aparelhos conjugados em configuração de ilha, deverá ser considerado cada ilha como um único aparelho, com o atendimento da regra de utilização de 01 (uma) pessoa/vez respeitando o distanciamento mínimo estabelecido em relação aos demais aparelhos/usuários.

§ 6º - Deverá ser afixado, em cada ambiente e estabelecimento, em local de destaque, cartaz informativo do número máximo de usuários concomitantes, conforme parâmetros estabelecidos neste decreto.

§ 7º - Deverá ser estabelecido um intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos entre o início e o término de cada agendamento de atendimento para evitar concentração de fluxos de entrada e saída no estabelecimento.

§ 8º - Deverá ser restringida a permanência do usuário no estabelecimento fora do horário específico agendado para o atendimento.

§9º- Fica vedada a permanência de acompanhantes no interior do estabelecimento durante o horário de atendimento.

§ 10- Fica vedado o funcionamento de espaços kids.

§11- Fica vedado o comércio de quaisquer produtos nos estabelecimentos abrangidos por este Capítulo.

§12 - O agendamento para atendimento deverá ser precedido de manifestação de aceite pelo usuário das regras de funcionamento.



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 8º - Aplica-se aos profissionais autônomos e às atividades realizadas em ambientes abertos, no que couber, os procedimentos obrigatórios preventivos à disseminação do COVID-19, estabelecidos neste Capítulo e no que estabelece a Portaria Nº 226-R/ 2020, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

CAPÍTULO V

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS A SEREM ADOTADAS PELOS BANCOS / INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art.9º- Fica admitido o atendimento presencial ao público nas agências bancárias, públicas e privadas, somente, em caráter excepcional, no caso de impossibilidade dos atendimentos por meio de canais digitais ou remotos, priorizando o atendimento referente aos benefícios sociais, aposentadorias e pensões e o atendimento a programas bancários destinados a aliviar as consequências econômicas do novo coronavírus (COVID-19), assim como as pessoas com doenças graves, permitindo ainda, o funcionamento de sala de auto-atendimento (caixas eletrônicos), conforme Portaria No 166-R, de 03 de Abril de 2021.

CAPÍTULO VI

DO ATENDIMENTO AO PUBLICO NAS REPARTIÇÕES PUBLICAS

Art. 10 - Fica suspenso o atendimento ao público na forma presencial, na área administrativa, nas repartições públicas municipais da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, sem prejuízos dos serviços.

§1º - A suspensão de que trata o caput deste artigo, não se aplica aos serviços de saúde e demais serviços públicos essenciais.



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 2º - Os atos e atendimento serão praticados internamente na forma não presencial, por telefone e/ou por meio virtual, e serão posteriormente certificado por servidor público competente e convalidados pelos secretários das pastas, nos casos em que for necessário, quando do retorno às atividades presenciais.

Art. 11- As chefias dos órgãos, setor ou departamento da área administrativa da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves poderão adotar medidas para reduzir a probabilidade de contágio, tais como:

- a)** o rodízio entre servidores;
- b)** o funcionamento com ambiente arejado;
- c)** adoção do home - office e/ ou tele trabalho;
- d)** E outras medidas capazes de reduzir o contato físico entre pessoas e o número de servidores por ambiente de trabalho;

CAPÍTULO VII

SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS

Art.12 - Ficam suspensas em caráter transitório e emergencial, as aulas presenciais nas escolas, inclusive cursos livres, na rede pública e privada no âmbito do município de Alfredo Chaves, conforme preceitua o Decreto 4859 – R de 03 de Abril de 2021, do Estado do Espírito Santo e Portaria nº 166-R, de 03 de Abril de 2021.

CAPÍTULO VIII

DAS POUSADAS, HOTÉIS E SIMILARES

Art. 13- Fica autorizado retorno do funcionamento dos empreendimentos ou estabelecimentos destinados a prestação de serviços de hospedagem em geral,



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

tais como hotéis, pousadas, albergues, hostel e/ou similares, e por edificações residenciais destinadas ao recebimento de hóspedes

CAPÍTULO IX

SUSPENSÃO DE OUTRAS ATIVIDADES

Art. 14 - Incluem-se na suspensão/proibição veiculada neste Decreto:

- I - o funcionamento de clubes de serviço e de lazer;
- II - a realização de atividades esportivas de caráter coletivo, ainda que sem a presença de público.

CAPÍTULO X

DO ISOLAMENTO TOTAL

Art. 15 - Fica determinado o “Isolamento Total” a partir das 21 horas, com tolerância máxima de 30 min, até as 05 horas da manhã do dia seguinte, no âmbito do Município de Alfredo Chaves, não sendo permitida a circulação de pessoas nas vias públicas, para finalidade que não seja de natureza essencial, no período que as medidas deste decreto estiver em vigor.

§1º - Entende-se por serviços de natureza essencial, além dos serviços na área da saúde e segurança, os serviços de manutenção das vias públicas, manutenção da rede de esgoto e elétrica e serviços de limpeza pública, bem como os serviços urgentes das farmácias de plantão.

§2º- Fica excetuado da vedação do *caput*, os prestadores de serviços de delivery, com a devida comprovação.



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 3º - O descumprimento acarretará penalidades administrativas cabíveis, solicitação de apoio policial, sendo o fato comunicado ao Ministério Público Estadual, para apuração no âmbito criminal.

CAPÍTULO XI

MEDIDAS SOCIAIS

Art. 16- Ficam proibidas no âmbito do Município de Alfredo Chaves:

- I - as reuniões com número elevado de pessoas, excetuadas as pertencentes ao mesmo núcleo familiar, incluindo quaisquer tipos de eventos sociais;
- II - a utilização de praças, parques, jardins públicos, campos públicos de futebol, quadras públicas de esportes públicas, ginásios públicos de esportes e outros espaços públicos equivalentes; e
- III - a realização de atividades físicas coletivas, nas áreas e vias públicas.
- IV – Cavalgadas, caminhadas, ciclismo, corridas de rua e similares, quando praticados coletivamente.
- V - Visitação de parques municipais, cachoeiras, rampas de vôo livre e demais locais que possam ter aglomerações de pessoas.

Parágrafo Único: As proibições constantes neste artigo terão vigência e eficácia enquanto o Município estiver classificado em nível de risco “de Alto Risco”, pela Secretaria de Saúde do Estado – SESA, salvo se determinada por decreto em vigência, expedido anteriormente.

Art. 17 - Os administradores, os síndicos e os demais responsáveis por condomínios verticais e/ou horizontais devem limitar a utilização simultânea das áreas de uso comum de lazer apenas para os moradores do mesmo.



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 18 - Fica recomendado que as igrejas e os templos religiosos transmitam, preferencialmente, os cultos e as missas por meio virtual.

Art. 19 - As medidas previstas neste decreto terão vigência e eficácia enquanto o Município estiver classificado em nível de risco “de Alto Risco”, pela Secretaria de Saúde do Estado – SESA.

§ Único – As medidas previstas neste decreto poderão perder seus efeitos na próxima classificação da matriz de risco, caso o Município seja classificado em nível de risco diverso da de “Alto Risco”.

Art.20- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alfredo Chaves/ES, 05 de Abril de 2021.

FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE
PREFEITO MUNICIPAL